



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.2, N.2, 2019

HISTÓRIA DA SAÚDE E ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

HEALTH HISTORY AND REGIONAL HISTORY TEACHING: REFLECTIONS AND
POSSIBILITIES

Éder Mendes de Paula ¹

RESUMO

O presente texto busca constituir uma reflexão acerca da História Regional, compreendendo a mesma como uma possibilidade de construção de identidades locais, importante para que os indivíduos tenham uma leitura sensível de suas realidades. A proposta utiliza de uma discussão bibliográfica para pensar a saúde como um recorte, uma abordagem para a História Regional. O conto André Louco, de Bernardo Élis é aqui utilizado como possível fio condutor para estabelecer essa relação entre a História Regional e a História da Saúde contribuindo para uma possível abordagem no Ensino de História.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de História. História Regional. História da Saúde.

ABSTRACT

This text seeks to constitute a reflection on Regional History, understanding it as a possibility of building local identities, important for individuals to have a sensitive reading of their realities. The proposal uses a bibliographical discussion to think about health as a clipping, an approach to Regional History. The short story André Louco, by Bernardo Élis is used here as a possible guiding thread to establish this relationship between Regional History and Health History, contributing to a possible approach to History Teaching.

KEYWORDS

History teaching. Regional History. Health History.

A História Regional possibilita encontrar as particularidades, perceber as diferenciações e articulações com os aspectos gerais. Neste sentido, sua importância está na construção de uma identidade local estabelecendo vínculos entre os indivíduos e sua própria História, contribuindo para uma leitura sensível de suas realidades.

As possibilidades de abordagem são inúmeras, em contribuição a História da Saúde aparece como um desses elementos capaz de estabelecer essas relações entre o local, o geral e a construção de identidades.

Este texto busca realizar uma reflexão sobre a História Regional e sua possível interface com a História da Saúde, contribuindo para o debate e propondo uma forma de abordagem a quem se dedica a pensar o Ensino de História, utilizando o conto André Louco de Bernardo Élis.

É importante iniciar a discussão procurando definir o que é a História Regional e como a mesma se articula no campo historiográfico, para que possamos perceber as relações entre o regional, o local e o nacional. Este aspecto é imprescindível para que seja possível observar como se dá a produção desta História e como a mesma aparece nas salas de aula através do Ensino de História.

A História Regional aborda o contexto histórico de determinado espaço, Assim,

[...] quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152).

Neste íterim, é compreensível uma superação de certo reducionismo ao se ponderar sobre História Regional apenas pelo viés político administrativo, pensando o espaço apenas como a localização geográfica. A ampliação permite que outras questões sejam problematizadas, não engessadas em estruturas que não trariam uma visão do particular para o contexto regional.

A grande questão é pensar o recorte que o historiador realiza, primordial para a delimitação de sua problemática, possibilita abordar outros caminhos para interpelar novas possibilidades de investigação. O problema que envolve essa delimitação tida como antiquada ou mesmo conservadora, é a centralidade nos processos políticos administrativos de uma região que não contribuem para a percepção de negociações que destoam de uma abordagem geral.

Aludindo à história regional estamos nos referindo à maneira que o historiador recorta determinado espaço a ser estudado.

[...] de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial) (BARROS, 2004, p. 153).

A contextualização de um trabalho em História Regional não impede, portanto, que se realize comparações ou mesmo que inserções em escalas maiores, no entanto, o foco da construção do trabalho se dá dentro deste recorte específico. Este enfoque permite a visualização de especificidades que poderiam passar despercebidas no prisma de uma História Nacional.

Neste sentido, é importante salientar que as relações de poder entre os estudos historiográficos relegaram um lugar marginal à História Regional durante muito tempo, não considerando tão importantes quanto a produção vigente realizada por estados “protagonistas” que, tomaram para si, a construção de uma História Nacional.

Sobre este aspecto,

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. [...] (SILVA, 1990, p. 13).

Essas possibilidades de semelhanças e diferenças ficaram obscuras por um longo período, pois, a História Regional era vista como uma concretização dos projetos nacionais realizados e vivenciados em determinados estados da federação. Neste aspecto é impossível não recorrer, no caso brasileiro, à dicotomia entre sertão e litoral, visto que ser forjado nesta oposição possibilitou o poder de narrar a História a apenas a alguns espaços tidos como legítimos.

Isto é, a História do Brasil passa a ser narrada de forma geral por estados específicos como Rio de Janeiro e São Paulo e alguns poucos outros, enquanto o restante era estabelecido como consequências diretas dos seus acontecimentos. Este modelo não apenas silenciou histórias locais, como construiu esquecimentos em relação às particularidades culturais de cada região, não levando em consideração suas subjetividades.

Os elementos gerais ressaltados, quando focados estritamente em uma perspectiva nacional não contribuem para a compreensão da diversidade, da imensa gama de sensibilidades que formam o Brasil, solapando as diferenças e contribuindo para o discurso violento da igualdade.

[...] a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas (SILVA, 1990, p. 13).

O historiador ao abordar o prisma regional constrói, então, alternativas para ressaltar as diferenças entre os espaços. Neste sentido, a análise de relações de poder, de conjunturas socioculturais, ganham camadas de complexidade por não estarem diretamente vinculadas como consequências diretas da História Nacional.

Assim, permite-se compreender as particularidades dos diferentes grupos, das diferentes regiões a partir do contexto selecionado pelo historiador, contribuindo para uma alusão ao Brasil não como uma tela inteiramente pintada, mas um mosaico de narrativas históricas.

Assim, segundo Janaina Amado,

[...] não por mero acaso, o encontro dos historiadores com a questão regional coincide com o momento em que o conceito de “região” passa por profundas transformações, propostas principalmente pelos geógrafos. Muitos geógrafos têm abandonado a antiga e difundida utilização determinista do conceito como sinônimo de “região natural”. Enquanto categoria espacial, a região expressa uma singularidade dentro de determinada organização social mais ampla, num movimento de articulação (AMADO, in: SILVA, 1990, p. 8).

Neste sentido, o conceito de região como um espaço específico político-administrativo não consegue mais responder à busca pelas particularidades das identidades culturais. De forma mais fluída a ideia ganha outra conotação, não cercada por todos os lados, como uma ilha, pela história nacional, mas buscando a singularidade em uma articulação do recorte particular a partir de uma organização mais ampla, assumida como “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade.” (AMADO, in: SILVA, 1990, p. 8).

Sem as amarras de uma fronteira fixa e rígida, esta agora é plural e tem construções não necessariamente físicas, pois, é o espaço do encontro e do desencontro. A fronteira é compreendida como uma construção da dinâmica da cultura e, portanto, cambiante e subjetiva, na delimitação do Eu e do Outro nas construções das relações de poder das práticas da cultura.

Mesmo com as mudanças teóricas anunciadas, se considerarmos, ainda, que boa parte da história regional é história política e também o fato de que as biografias e as histórias administrativas são mais políticas do que qualquer outra coisa, a preponderância quantitativa da história política ficara ainda mais evidente (FALCON, in: CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 132).

A permanência ainda do enfoque político ressalta o quão arraigado ficou no contexto da história regional, perceber sua construção atrelada de forma categórica à história nacional. No entanto, o que se fala não significa um descrédito a trabalhos e abordagens gerais, mas um esforço de reforçar a importância da dinâmica regional compreendendo que as narrativas construídas pela História também estão imbuídas de relações de poder.

Neste sentido, é mister que possibilite apreender que os recortes regionais fazem ver particularidades da cultura muitas vezes negligenciadas ou categorizadas como subculturas. Sendo assim, o cuidado é para que se exprima os valores e a importância da história regional para a compreensão de si e para a construção de sentimentos de pertencimentos.

Muito da produção em história regional ficou relegada a trabalhos específicos, pois,

[...] viveu-se o auge das corografias, escritas quase sempre por membros dos institutos históricos, pessoas bem situadas nas hierarquias sociais e políticas de suas épocas. As corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como fundamento espaços bem recortados

politicamente, que eram estudados em si mesmos. O relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” era reduzido à descrição de impactos de grandes acontecimentos da história do país nos espaços subnacionais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias. Muitas vezes, os corógrafos tenderam a considerar as regiões e seus povos como dotados de características definidas e perenes, configurando um contexto histórico imutável (MARTINS, in: PINSKY, 2009, p. 140-141).

É possível compreender o quão estanque era a concepção de história regional, destinada a memorialistas muitas vezes membros ou vinculados a famílias tidas como “ilustres”. Neste sentido, tais trabalhos não traziam nada de novo, mas apenas contribuía para a construção narrativa do ego de determinados sobrenomes sejam a nível municipal como estadual.

Não obstante, é fácil encontrar em cada cidade goiana um livro que conta as histórias de determinadas famílias, narram os casamentos dos filhos “ilustres”, as contribuições para o comércio, o desenvolvimento, relegando ao esquecimento uma série de grupos e relações sociais.

São essas obras possibilidade de pesquisa para o historiador, fonte sobre a construção da memória e das relações de poder presentes nas narrativas que construíram esquecimentos a partir da valorização dos grupos fundantes, e porque não dizer, dominantes.

No âmbito do Ensino de História, tais livros memorialistas também são importantes para pensar a inserção do aluno no seu contexto, principalmente a leva-lo a perceber se sua família se encontra citada no livro e os porquês das possíveis respostas. As problematizações neste sentido se iniciam, do cotidiano do aluno o que Schmidt (2009) evidencia ser possível construir uma reflexão acerca do histórico de sua realidade, gerando atitudes investigativas.

Laura Antunes Maciel (2013) apresenta que, mesmo diante dessas possibilidades existem ainda os impeditivos de abordagens mais abrangentes e diferenciais da história regional. A pesquisadora aponta, citando um documento do Ministério da Educação, que,

O Guia de Livros Didáticos - 2010 define os livros didáticos regionais como os "impressos que registram a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais" ou, ainda, aqueles "destinados ao público escolar de um município ou de um estado do Brasil" (MACIEL APUD MEC, 2009, pp. 16-17).

A discussão levantada pela pesquisadora remete à ideia do que é considerado “regional”, sendo a produção do material didático um ponto importante para pensar como a mesma se dará no ambiente escolar. Na citação, fica evidente que não há uma percepção apurada desta produção no tocante às particularidades da historiografia regional, ou seja, mesmo com os avanços na produção acadêmica a discussão não se dá com a mesma complexidade quando se pensa na relação com a escola.

Não se tem uma dimensão mais apurada do conceito, reduzindo de certa forma as possibilidades de construção de material de apoio, o que leva o mercado editorial a construir apenas paradidáticos sobre algumas temáticas e não pensar na produção de livros específicos.

Maciel (2013) ainda aponta que,

Na versão desse Guia para 2013 as obras isoladas e coleções são analisadas no subtítulo "a questão regional", identificando alguns aspectos "ainda não resolvidos": A primeira relaciona-se ao próprio conceito de local/regional selecionado pelos autores. Esse conceito, por ser basilar para esse tipo de obra, precisa ser explicitado e discutido no Manual do Professor. Expor os motivos para se trabalhar com o recorte espacial escolhido e esclarecer as propostas a serem desenvolvidas para o estudo do local/regional são fundamentais para o uso desse material em sala de sala e para a compreensão da sua permanência nas escolas. (MACIEL, 2013, p. 85).

Sob este aspecto a pesquisadora constata que as obras trabalham com o regional como fronteira ou recorte geográfico,

[...] construindo uma história do território, das etapas na definição do limites políticos e administrativos entre os estados da federação, elegendo o espaço como agente histórico. Em geral, essas obras didáticas abordam a constituição histórica de uma porção do território nacional, e apresentam uma narrativa sobre o local ou região conduzida pelas etapas de "formação" do território da nação, ou pela "ocupação humana" de uma porção do território, silenciando ou minimizando a violência, os conflitos e diferentes temporalidades que marcaram o processo de "integração nacional" (MACIEL, 2013, p. 85).

Neste sentido, as particularidades tão apreciadas pela produção da historiografia regional encontra dificuldade de reflexão no âmbito escolar. Tal assertiva nos remete que, a concepção de escola ainda está fundada na representação de um espaço de reprodução e não como produção de conhecimento.

Assim, as especificidades são silenciadas e a condição de ligar-se a uma História construída por outros agentes se torna uma relação de subalternidade, como se a história do local/regional estivesse condicionada a determinadas articulações com a nacional. Este ponto é importante para retomar a questão de que determinados "protagonistas" tomam a frente, enquanto outras unidades da federação não apresentam para seus alunos a complexidade de seus traços culturais, impedindo a constituição de pertencimento e identidades.

Segundo avaliações dos próprios avaliadores/ autores do Guia de Livros Didáticos, em sua versão 2010, algumas obras regionais organizam os conteúdos "em ordem cronológica de acontecimentos sobre um estado da federação, ou município, seguindo a periodização político-administrativa em relação à História do Brasil". (MEC, 2009, p. 16-17). Ou seja, é a história institucional e política do país que orienta e pauta a seleção de momentos e experiências locais consideradas historicamente relevantes para os diversos autores. Logo, nem sempre as obras didáticas regionais – produzidos conforme a lógica [ou "tradição editorial"] do mercado editorial e do processo de regionalização dos currículos - se constituem como instrumentos para a reflexão crítica sobre especificidades socioculturais, que diferenciam e aproximam os brasileiros em diferentes territórios, nem tampouco contribuem para problematizar as ênfases,

momentos e personagens consagrados na história do Brasil em sua versão tradicional. (MACIEL, 2013, p. 86).

A grande questão que se coloca, portanto, é o distanciamento da compreensão da importância e do conceito de regional para o meio acadêmico e os órgãos responsáveis em possibilitar o acesso à escola desses conhecimentos. Esta divergência impede que as reflexões acerca do conceito e sobre as diversas possibilidades de apreender a própria realidade, seja feita de forma a auxiliar a atribuição de sentido da História para com os alunados.

A falta de um laço com o próprio lugar não permite pensar as conjunturas que o articulam, as concepções de mundo que se tem, o que leva à História parecer uma disciplina aquém da realidade, como um amontado de informações apenas.

Neste sentido, é preciso salientar que muitas vezes essas abordagens precisam ficar a cargo do professor da disciplina, sendo responsáveis por buscar as problematizações regionais e articulá-las ou não com os aspectos nacionais. No entanto, é preciso ainda frisar que é necessário cuidado para que a história regional não apareça apenas como uma curiosidade, um dado exótico no meio de uma aula.

Neste contexto, a sala de aula deve aparecer como um espaço de construção de conhecimento e não apenas como um lugar de “tradução” de determinados estudos. O material didático precisa ser abordado de forma crítica a construir, por exemplo, uma reflexão sobre a ausência do regional, na busca de sentido dos silenciamentos em torno das particularidades.

Existem possibilidades de realizar essa abertura a partir da ocupação da cidade por parte da escola e seus alunos, os museus, as ruas, as transformações ocorridas, são alternativas para conduzir a uma problematização mais próxima da realidade dos discentes.

No entanto, o que colocamos aqui em discussão é a possibilidade de construir tais elementos através dos diversos leques da História da Saúde, neste momento específico, pela saúde mental. Pensando o estado de Goiás como recorte, pode-se realizar uma reflexão sobre a Marcha para o Oeste Varguista, a partir do conto André Louco, de Bernardo Élis, publicado no livro *Ermos e Gerais*.

André é um personagem sem rosto, no decorrer do conto não é dada a ele uma descrição de forma que se possa imaginar sua fisionomia, aparece como uma mancha escura. Porém, ao mesmo tempo, o fato de não ser descrito, de não ter definido um rosto, possibilita que vários outros indivíduos, sujeitos sociais e históricos possam ser considerados ‘André’.

O local onde se desenvolve a trama do enredo escolhido é um local distante, uma cidade pequena, quase isolada, ao mesmo tempo também é caracterizada como decadente, sem atrativos. É neste sertão, assim colocado na obra, que se desenvolve as lembranças do narrador que recorre aos tempos de menino para contar todos os acontecimentos da cidade em torno da loucura de André.

Portanto, o louco por mais desprezado que talvez algumas vezes pareça ser, tem uma importância essencial na criação do mundo tido como real. O que Bernardo Élis constrói é um sujeito sem rosto e sem voz, afinal André apenas urra. E este mesmo ser é a causa não apenas do medo, mas de toda uma movimentação na cidade, assim, sua existência é inegável e também imprescindível.

A sala era um campo de batalha, quando o Juiz e o dentista desceram dos intrincados labirintos filológicos: um exército atacava o Louco; outro o defendia. Neste último o dentista assentou praça, para afirmar:

- Precisamos do Louco, seu João. Precisamos muito dele. Sem o Louco ninguém aguenta a insipidez da cidade.

- Deus me livre desse movimento, - exclamou a mulher do Juiz.

- Se não fosse o Louco não teríamos esse prosão animado, - continuava chistoso o dentista (ÉLIS, 1978, p. 37).

O cenário da trama, esta pequena cidade, esse pequeno universo descrito pelo autor precisa do louco. É dele que se apresenta a movimentação, quando a cidade deixa seu aspecto sôfrego, triste, parado. A conversa animada, o encontro entre as diversas pessoas só foi possível a partir do momento em que o medo do louco os leva a se reunir diante de demonstrações de coragem.

O que poderia ser desenvolvido a partir deste trecho do conto em sala de aula?

A explicação para os traços de personalidade do louco com a sociedade que o cerca, dando nomes e apelidos, é uma característica de várias cidades em Goiás,

[...] as pequenas localidades goianas contemporâneas, embora com menos zelo e excesso, também não deram muito espaço à exibição da personalidade. Porém há algumas pessoas com um modo de agir diferente das demais: sua ação não é normatizada pelo costume, mas pela moralidade. Essas pessoas (os loucos, os bobos, os alcoólatras, os homossexuais, etc.) não são exclusivas das pequenas cidades. Todavia, nas grandes cidades, o fato das relações serem impessoais (mais individualizadas) faz com que suas marcas distintivas passem mais despercebidas – elas não se cristalizam na memória. Elas são conhecidas pela categoria que os representa – mendigos, alcoólatras, doentes mentais, menor abandonado – ; nunca pelos seus nomes. (OLIVEIRA, 1999, p. 51)

Lançando mão destas informações, é possível então construir a oposição entre Goiânia e as demais cidades, a partir de um projeto de modernidade que não estava centrado apenas no estado. Neste aspecto, construir os elementos de André, Louco é questionar se em uma cidade como Goiânia o mesmo ficaria na rua ou teria um lugar para ser “aprisionado”.

Neste aspecto, a presença do sanatório descaracterizando o louco contribui para a base da reflexão sobre a Marcha para o Oeste Varguista, mas sob o ponto de vista do estado de Goiás. Ao longo do conto, Bernardo Élis expõe outras questões como fantasmas e figuras da cultura popular, construindo o desenho da cidade do interior com hábitos sincretizados que Goiânia deveria, pelo menos em tese, deixar para trás.

Esta abordagem possibilita discutir como, a partir de 1930, em Goiás determinadas questões políticas levaram à construção de uma nova capital como um projeto ideal de modernização. Neste sentido, práticas culturais como as que Bernardo Élis demonstra no conto André Louco, não poderiam mais existir, pois representavam um passado que se intentava trasmudar para um futuro cercado de modernidade.

A necessidade do louco na pequena cidade era para movimentação, para agitar a vida pacata, pois todos conheciam André e, entre o medo e a repulsa havia também a intimidade entre moradores e o louco. No entanto, a cidade de Goiânia, representando o novo não poderia mais permitir estes traços, instituindo assim, o sanatório como espaço de produção do comportamento normal que deveria corresponder ao seu projeto político.

A partir de então, o ensino de história pode possibilitar uma compreensão local sobre as cidades e a capital do estado, construindo reflexões que abordam o papel da urbe como construção de fronteiras de civilidade. É possível ainda, levantar discussões acerca do estereótipo construído aos hábitos das cidades menores, a partir da necessidade de se ter um par opositor que garanta a identidade de moderna para Goiânia.

Neste sentido, a abordagem sobre a construção de uma nova cidade e os impactos no comportamento, nas práticas culturais locais a partir do estabelecimento de um padrão. O conto narra ainda sobre as figuras destas cidades, as relações de poder entre comerciantes, juiz, mulheres, presos e o louco, auxiliando na problematização do interior do estado de Goiás visto como sertão e, não como um sertão doente como descrito pela Marcha para o Oeste. Esta oposição não poderia ser investigada no livro didático?

Estes elementos são ainda reforçados pela presença da personagem Coronel Bento Correia que é primordial no suplício de André (amarrado e deixado à mingua em uma árvore). A caracterização do coronelismo está presente na obra, prática violenta que deveria ser, pelo menos em tese, ser desconstruída a partir da construção de Goiânia, fato que também é passível de reflexão para a sala de aula.

Este elemento do projeto que Goiânia representada pode ser ainda levado aos alunos através de outra fonte, a Revista Oeste.

Vão se acabando os nossos “tipos de rua”. Não se veem hoje como outrora os “Funga-Funga”, os “Zé Mangarito”, os “Antonio Louco” e outros, no espalhafato que armavam em plena via pública, cada qual na sua especialidade, acossados pela garotada, e que fazia muita gente vir à janela. Despareceram (Revista Oeste, Julho de 1942).

Neste artigo publicado em 1942 é nítido o que necessariamente a cidade tinha como objetivo ao categorizar os indivíduos, normalizar e normatizar os comportamentos. No entanto, mesmo que os conceitos não sejam compreendidos em sua complexidade na escola, é possível demonstrar que a

pessoalidade narrada no conto vai deixando de existir no momento em que a ideia de modernidade vai sendo legitimada pela cidade.

Vale neste sentido construir uma indagação aos discentes, sobre o valor dessa modernidade e a quem de fato ela poderia servir. E esta contextualização dos anos de 1930, pode posteriormente ser comparada à Marcha para o Oeste Varguista e todo a sua implementação.

No entanto, Goiás não aparece como um adendo do assunto sobre coronelismo e possibilita a construção de reflexão, permite que a sala de aula não seja só um espaço de transmissão. A reflexão partindo de um escritor goiano, consegue produzir identificações, perceber traços de diferentes cidades estando na capital ou no interior, mas deixa transparecer as nossas particularidades naquele período.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. História e região: reconhecendo e reconstruindo espaços. In: SILVA, M. A. (coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; CNPq, 1990.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

ÉLIS, Bernardo. *André Louco*. Ed. Livraria José Olympio S.A. 1978.

FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LINHARES, M. Y. História Agrária. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACIEL, Laura Antunes. História Regional e Ensino: Diálogos com Professores e Alunos. In.: *Revista Eletrônica Documento/Monumento* Vol. 9 - N. 1 - Out/2013.

MARTINS, M. L. História Regional. In: PINSKY, C. B. (org.). *Novos temas nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. 1999. Dissertação de Mestrado, Goiânia: Departamento de História, Universidade Federal de Goiás.

SCHMIDT, M. A. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A. M.; SILVA, V. A. C. "Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica". In: SILVA, M. A. da. *República em migalhas: história regional e local*. [S. I.]: [s. n.], 1990.

Recebido em: 15 de Abril de 2019

Aceito em: 25 de Junho de 2019

¹ Professor Adjunto de Práticas de Ensino de História do curso de graduação em História da Universidade Federal de Jataí. E-mail: edermendes@ufg.br.